

Texto de aprofundamento 1:

PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

Aos educadores e educadoras da Recid de todo o Brasil. No nosso XI Encontro Nacional, entre tantos compromissos que assumimos, demos um destaque especial para a juventude, tanto com enfoque na realidade que os/as jovens enfrentam como compreendendo estes como sujeitos da construção do Projeto Popular. Isto se traduzirá no 1º Encontro Nacional de Juventudes da Recid, a ser realizado em 2013, com tema: ***Juventudes e o Projeto Popular*** e o lema: ***“Construindo a manhã desejada”***. Portanto, seguem dois textos, sendo que o primeiro busca aprofundar a ideia da construção de um projeto popular para o Brasil, projeto que parte das necessidades reais do povo brasileiro e da urgência de democratização da riqueza, do poder, da terra e da comunicação; O segundo texto busca aprofundar o sentido do Projeto Popular e o papel e pautas da juventude na construção deste projeto, bem como os desafios colocados para a juventude.

Nem sempre temos clareza e segurança ao falarmos do Projeto Popular. Muitas são as perguntas que podem vir à cabeça: quais as propostas deste projeto? Como é construído? É possível? E por aí vai. Por isso, nestas poucas palavras, pretendemos aprofundar um pouco mais do que significa o Projeto Popular para o Brasil (PPB) e qual a sua importância prática para o trabalho da Recid. A seguir aprofundamos o papel da juventude nesta construção.

Para início de conversa

Vivemos um período de mudanças significativas na política brasileira. Nos últimos anos, vimos ampliarem-se as experiências de democracia participativa, com a realização de grandes conferências - nacionais, estaduais e municipais - cujo objetivo era o diálogo entre vários setores da sociedade acerca do rumo das políticas públicas. Além disso, outros mecanismos de controle social mais permanentes, como os conselhos, vem-se abrindo à população na esfera estatal. No plano econômico, o aumento das políticas assistenciais e do emprego contribuíram para criar um ambiente de relativa prosperidade no Brasil. Numa perspectiva de médio prazo, podemos vislumbrar as condições onde a batalha contra o projeto neoliberal, que ainda conserva algumas posições de poder, finalmente poderá ser vencida.

Em parte decorrente da própria falência deste projeto, em parte pela ação dos movimentos e grupos organizados, o neoliberalismo perdeu sua hegemonia na sociedade. Hoje, tornou-se um constrangimento falar abertamente em privatizações; legendas declaradamente liberais mudam de sigla numa esperança de recuperar a força perdida; rompemos nossa subordinação política aos ditames do FMI; a renda volta a subir e o povo brasileiro não aceita mais desculpas para políticas econômicas restritivas e para o arrocho salarial.

Após o neoliberalismo, vimos um novo projeto societário tornar-se hegemônico. O modelo sócio-desenvolvimentista, como chamamos, se caracteriza por uma proposta de conciliação de interesses onde o crescimento econômico e a distribuição de renda são duas faces da mesma moeda, onde as disputas entre as classes coexistentes na base do sistema capitalista devem ser postas de lado na busca do desenvolvimento geral da nação.

Enquanto projeto de nação, o sócio-desenvolvimentismo não é novidade na história do Brasil. Mantém, sob formato político e ideológico específico, a mesma lógica desigual e combinada que marca o desenvolvimento brasileiro desde a década de 1920 do século passado. Apesar de remediar os efeitos de uma estrutura societária extremamente desigual, tal modelo se mostrou incapaz de atacar diretamente as causas da pobreza, da miséria e das opressões. Para fazê-lo, precisaria romper com a postura conciliatória adotada, pois significaria impor às classes dominantes no Brasil – e em especial o imperialismo e o capital financeiro – medidas que restringissem sua liberdade, seus privilégios e capacidade de auferir lucros exorbitantes. Estas medidas implicam uma opção ideológica e programática pelo benefício das classes populares, daí que a força política para sua implantação só possa vir da organização dos oprimidos na defesa de um projeto que é seu – um projeto popular.

Se o sócio-desenvolvimentismo (ao contrário do neoliberalismo) possui o mérito de ampliar as perspectivas de organização das classes populares – ao melhorar sua auto-estima, ao conferir mais conforto econômico para ampliação das lutas, incentivar a participação política, etc –, sabemos pela experiência histórica de suas limitações. Estas limitações são tanto do ponto de vista do povo brasileiro quanto das classes dominantes, de modo que cada vez mais frequentemente estes dois campos entram em choque, num acirramento da luta de classes. Portanto, o que era antes conciliação, tornar-se-ia conflito, e a única chance de vitória para os trabalhadores e trabalhadoras é que estejam organizados e conscientes de seu papel ativo.

Neste sentido, cria-se um momento oportuno para propagandarmos o Projeto Popular para o Brasil, um projeto que visa superar as limitações históricas que atravancam o

desenvolvimento social do país através de reformas profundas nos sistemas político e econômico. No entanto, não basta apenas fazermos a propaganda de tal projeto, é preciso que ele mesmo seja uma construção do povo brasileiro, de maneira a representar suas aspirações e ideal de nação. Deve contemplar cada luta e demanda que seja legítima das classes populares e, por isso, não pode se tratar de um projeto acabado, mas algo em constante gestação.

Com efeito, o Projeto Popular avança conforme avançam as lutas, aumenta o grau de organização do povo, se fortalecem os movimentos populares, etc. Mas, isto não significa que não temos nada já construído com relação ao que é este projeto. Afinal, nada se produz a partir do zero e as muitas décadas de lutas populares no Brasil que nos antecedem com certeza deixaram valiosas contribuições. É tarefa nossa, portanto, revisitarmos estas contribuições ao mesmo tempo em que atualizamos constantemente o exercício do Brasil que queremos. Assim, no esforço de sintetizarmos, aqui, tais contribuições já formuladas, vale começar com uma pergunta básica.

De onde vem a ideia do Projeto Popular?

Evidentemente, o Projeto Popular é uma construção do povo brasileiro e, como tal, é inviável atribuímos a um só espaço o mérito de sua construção. No entanto, é instrutivo voltarmos um pouco na linha do tempo a fim de identificarmos momentos importantes para o desenvolvimento desta ideia. Então, vamos lá.

De um modo geral, as organizações de esquerda do Brasil sempre tiveram seus projetos. Cada uma destas organizações discutia as medidas que seriam necessárias para que o país avançasse rumo ao socialismo e apresentavam na forma de um programa. Em alguns casos, tais propostas eram construídas até mesmo fora do país, sendo transpostas mecanicamente para cá. Mas, a proposta fundante disso que hoje chamamos de Projeto Popular apareceu só recentemente, como um fruto da efervescência política que atravessou o país na década de 1980. Lá, centenas de militantes sociais contribuíram para a construção do que foi chamado de programa democrático popular, que propunha medidas radicais como a reforma agrária, estatização do sistema financeiro, estatização dos transportes urbanos, reforma urbana, criação de um sistema público de saúde, etc. Além de guiar concretamente as lutas que aconteciam, este programa ainda serviu de base para a primeira campanha do Lula a presidente em 1989.

Então, uma primeira conclusão que podemos tirar disso é que nós, enquanto campo da esquerda, somos fruto deste processo histórico. Ou seja, carregamos conosco, em nossa prática, os acúmulos criados pelos lutadores e lutadoras do passado. E, em especial, as grandes lutas das décadas de 1970 e 1980 ainda são os principais constituintes da herança política que possuímos hoje. Claro, não podemos reivindicar este passado exclusivamente. Sabemos que este mesmo processo de 1970 e 1980 teve seu ponto alto na eleição de Lula para presidente em 2002 e que, deste então, a esquerda anda um bocado fragmentada. Mas, se viemos todos no mesmo barco, como é que nossa principal conquista – das eleições presidenciais –, não acarretou uma aplicação do Projeto Popular, como discutimos no início?

Esta é uma boa pergunta e existem várias possibilidades de por onde começar a respondê-la. Mas, para nós interessa mais registrar que lá para o final da década de 1990 e principalmente no começo dos anos 2000, diversos militantes e grupos já apontavam para um abandono do programa democrático popular pelo conjunto da esquerda. Isto é, as medidas programáticas defendidas passaram a ser cada vez mais flexíveis e, ao final, apenas fragmentos do programa original se mantiveram. Coube então a estes militantes e grupos promoverem um esforço de resgatar o programa da década de 1980 para que, atualizado, continuasse servindo de guia para nossa ação prática. Vale lembrar novamente que não é possível localizarmos este esforço em um único grupo.

Disso, tiramos nossa segunda conclusão: ao mesmo tempo em que o Projeto Popular (enquanto uma proposta política) representa uma herança do ascenso político produzido no fim da ditadura, ele é também uma renovação deste passado tão presente. Faz uma releitura, buscando retomar os pontos positivos de então, ao mesmo tempo em que evita os mesmos erros.

Pois bem, já vimos em linhas gerais como foi gerada e, depois, atualizada a ideia de um Projeto Popular para o Brasil. No entanto, este resgate não é suficiente para entendermos o que significa este termo. As vezes usamos expressões como “fortalecer o Projeto Popular”, ou então dizemos que “o Projeto Popular é o horizonte de nossa prática”; expressões que, no fundo, parecem se referir ao Projeto de maneira contraditória.

Então, o que significa mesmo falarmos em Projeto Popular para o Brasil?

A ideia de um projeto vem de que se trata de uma proposta, algo que está sendo construído tanto no papel quanto na prática, mas ainda não se tornou uma realidade abrangente. Assim, uma característica da noção de projeto é a definição consciente dos

objetivos, metas e do caminho a ser trilhado. Ou seja, se falamos em um projeto para o Brasil, é porque estamos convictos de que o rumo deste nosso país precisa ser pensado pelo conjunto do povo brasileiro. Não pode estar à merce do mercado, das empresas transnacionais ou dos especuladores. Defendemos que o uso dos recursos naturais seja feito de acordo com a necessidade real do país, não leiloados para serem explorados por quem pagar mais; que a matriz energética seja pensada para suprir a demanda de energia sem prejuízo sócio-ambiental, não de acordo com a lucratividade; que a estrutura fundiária e a agricultura estejam orientados para a produção de alimentos e outros produtos de necessidade do povo, não com base no que está vendendo mais na bolsa de valores.

Enfim, estes são só alguns exemplos que mostram como vivemos em uma sociedade absolutamente irracional. Aliás, alguns poderiam até dizer que é racional do ponto de vista do mercado, mas a recente crise econômica mundial prova que nem isso! Por isso, apostamos tanto na necessidade de um projeto como organizador consciente e coletivo da nossa sociedade, de seus objetivos e do caminho em cada momento histórico.

Mas, outra coisa que precisamos sempre ter em mente é que se trata de um projeto *político*. E, para nós, a política quer dizer disputa de interesses, conflito, luta de classes. Ou seja, não existe uma única forma neutra de organizar a sociedade, fazendo as engrenagens funcionarem da melhor forma possível. Esta ideia, de que a política é uma questão de boa administração, uma questão técnica, é uma ideia que se tornou hegemônica no mundo principalmente por conta do neoliberalismo. Óbvio, na incapacidade de tornar seu projeto (o neoliberal) representativo dos anseios do povo, tentaram mascará-lo como o único possível. Para tornarmos isto bem claro, basta lembrarmos das justificativas dadas para as privatizações: era preciso “estabilizar o caixa”; isto é, eram apresentadas como se fossem simplesmente uma questão de gestão de recurso, sem deixarem claro que por trás disso existia um projeto de desregulamentação da economia brasileira, buscando criar um ambiente mais favorável para entrada do capital estrangeiro.

Então, entendermos que se trata de um projeto político, significa entendermos que existem setores da nossa própria sociedade que vão sempre se opor a ele e que, portanto, precisam existir também setores populares que se organizem para defendê-lo. Este é o sentido de dizermos que é preciso fortalecer o PPB, isto é, fortalecer o conjunto das organizações populares que defendem este projeto, além de trazermos novos grupos e movimentos para darem sua contribuição.

Em suma, tudo isso quer dizer que o próprio termo Projeto Popular tem dois significados que se completam: é a proposta de Brasil que queremos e que estamos

construindo, mas também é uma força política organizada, composta pelos milhares de lutadores e lutadoras do povo brasileiro mas principalmente pelo próprio povo em luta e consciente de seu papel. Logo, pensarmos qual a contribuição da Rede de Educação Cidadã para a construção do Projeto Popular significa tanto formularmos propostas de Brasil que queremos a partir de nossa experiência prática, em temas onde temos acúmulo; mas também ajudarmos na construção concreta das experiências de poder popular que fortaleçam a organização das classes populares. Aliás, esta dupla tarefa exemplifica outro ponto essencial: o Projeto Popular, ao mesmo tempo em que vem da prática, também serve para guiar a prática.

Mas, quais são as propostas do Projeto Popular?

Como já dissemos, o conteúdo do PPB não pode ser estático. Aprendemos que um projeto político que seja realmente popular não pode ser uma construção de um punhado de intelectuais isolados. Ao contrário, é fruto do esforço de milhares de lutadores/as que se mantêm junto ao povo, sistematizam suas experiências e buscam apoio na história e na teoria para melhor refletir sobre elas. Neste sentido, seu conteúdo é também uma construção histórica e é por isso que não podemos esquecer dos aprendizados que as lutas do povo brasileiro deixaram gravados, pois eles são fundamentais para formularmos o Projeto.

Em especial, as lutas de nossa história nos ensinam que muito além dos altos e baixos da economia brasileira, das mudanças em termos de política social, das políticas compensatórias, etc; para além disso, é preciso que realmente se altere o sistema de poder no país.

Mal fazem cento e noventa anos que o Brasil teve a sua independência política declarada. Deixamos, naquele ano de 1822, a condição de colônia portuguesa para sermos, orgulhosamente, um país soberano... regido pelo príncipe de Portugal. Já em 1889, acabamos com o monarquismo no Brasil para iniciarmos uma república onde só 1,4% da população podia votar. Mesmo em 1930, quando Getúlio Vargas derrotou as oligarquias do café com leite e se tornou presidente, logo depois implantou a ditadura do Estado Novo, reprimindo violentamente as manifestações populares. Em 1964 o povo saía na ruas para defender o projeto das reformas de base de João Goulart, mas sem demora a elite articulou com os Estados Unidos um golpe militar que nos rendeu mais 20 anos de ditadura.

Ou seja, na prática, o poder político e econômico no Brasil resistiu concentrado ao longo dos anos, mesmo que houvessem ligeiras alterações no bloco que ocupasse o poder. Em especial, nossas classes dominantes sempre atuaram ferozmente no sentido de manter esta

estrutura. Então, para nós, que nos colocamos o desafio de formular um projeto de emancipação do povo brasileiro, a pergunta passa a ser como reorganizar o sistema de poder. E, como sabemos detêm o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social, fazendo com que a sociedade funcione de forma subordinada aos seus interesses. Alterar o sistema de poder é transferir esses recursos e instituições a outros grupos sociais, o que, em nossa proposta popular, significa democratizá-los. Quais são, então, os pontos chave?

- ✓ **Devemos democratizar a terra**, que é o principal recurso natural do país. É espantoso o grau de concentração: menos de 1% dos proprietários (que têm latifúndios de mais de mil hectares) controlam 44% da terra agricultável do país, enquanto 53% (que têm propriedades de menos de dez hectares) controlam menos de 3%. Não estão computados aí os trabalhadores rurais sem nenhuma terra, que se contam aos milhões. Bancos, empreiteiras e grandes grupos industriais, todos sem vocação agrícola, têm milhões de hectares. Essa alta concentração resulta em um baixo uso da terra: na média brasileira, estão ocupados com lavouras apenas 14% das áreas agricultáveis. Democratizar a terra é torná-la fonte de emprego, alimentos e renda. E é também democratizar o poder, pois nas áreas rurais quem tem a terra tem o poder.
- ✓ **Devemos democratizar a riqueza**, especialmente, num primeiro momento, aquela que está sob a forma financeira, pois ela controla a alocação de recursos e comanda a principal força produtiva da sociedade, o trabalho. Também aqui, o nível de concentração é absurdo e crescente. A poupança financeira no Brasil é estimada em R\$ 350 bilhões. Apenas dez bancos controlam 72% dos ativos financeiros e 76% dos depósitos totais do país, e nos últimos anos os bancos estrangeiros aumentaram sua participação total no sistema de 14% para cerca de 45%. Desregulamentado e dominado por atividades especulativas, esse sistema poderoso e moderno não mobiliza recursos para o investimento produtivo, especialmente o de longo prazo, nem apóia as famílias, os trabalhadores ou as pequenas e médias empresas. Funciona como parasita do desequilíbrio financeiro do setor público e contribui para deixar a economia mais vulnerável aos choques externos, dadas as suas crescentes ligações com o sistema internacional, incluindo os chamados “paraísos fiscais”. Para democratizar a riqueza, será preciso controlar toda movimentação de riqueza financeira.

- ✓ **Devemos democratizar a informação**, que, em nossa sociedade, determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política. Em nível nacional, apenas seis grupos recebem quase 90% do faturamento dos meios de comunicação de massa. Na maior parte do Brasil, a situação mais comum é a de monopólios regionais que associam em uma mesma família, ou grupo, a propriedade de praticamente toda a comunicação de massas, o controle da política local e os cargos de representação federal. A possibilidade de manipulação é total. Além disso, organizados como empresas capitalistas privadas, os meios de comunicação têm clientes, aos quais vendem um produto. Os clientes são outras empresas capitalistas desejosas de anunciar, e o produto vendido é a audiência. Estabelece-se assim uma concorrência que nivela a programação por baixo, empobrecendo notoriamente o conteúdo das mensagens transmitidas. A submissão dos meios de comunicação à lógica das mercadorias faz com que a informação, a política e a cultura se submetam crescentemente à mesma lógica. Para libertar o potencial criador, reestabelecer autenticidade na comunicação, garantir o pluralismo e difundir valores positivos para a sociedade, a rede de rádios e televisões deve ser reorganizada na forma de um espaço público, sob controle da sociedade.

- ✓ E, por fim, **devemos democratizar a cultura**, elemento decisivo na construção da cidadania. O maior patrimônio de um país é seu próprio povo, e o maior patrimônio de um povo é sua cultura. É a cultura que lhe permite expressar melhor conceitos e sentimentos, explorar as potencialidades de sua língua, formular idéias mais ricas, reconhecer sua identidade, exigir mais direitos, aumentar sua capacidade de organização, libertar-se da miséria, comunicar-se melhor consigo mesmo e com outros povos, aprender novas técnicas, ter acesso ao que de melhor a humanidade produz na ciência e na arte.

Como se constroem estas e outras medidas do PPB?

As medidas mencionadas acima são algumas linhas gerais do Projeto Popular. Claro que, enquanto projeto político, temos sempre o desafio de melhorar sua formulação. Isso significa que o PPB precisa ficar cada vez mais claro e conter respostas efetivas para todos os problemas do povo. O que, na prática, já é um enorme desafio, que exige muito estudo teórico

sobre a realidade brasileira. Mas, ao mesmo tempo também exige uma intervenção consciente nesta realidade, pois somente pela junção da ação com a reflexão é que podemos produzir uma teoria correta. Assim, se fossemos nos perguntar quais são as propostas do Projeto Popular para a Reforma Urbana, por exemplo, devemos primeiro olhar para o conjunto de movimentos que estão desenvolvendo as lutas pela reforma urbana e quais as suas propostas.

Além disso, como dissemos acima, o Projeto Popular também deve representar uma força política organizada. O que acarreta um outro problema: não podem existir duas propostas ou compreensões de projeto popular, senão, na prática, estamos dividindo as forças do campo popular. Qual é, então, o desafio? É preciso que o conjunto das forças de esquerda se decidam pela construção de um fórum unitário, capaz de articular as contribuições ao Projeto Popular em um todo coerente e ser o representante legítimo de um campo político para o conjunto da sociedade. Isto é, uma força política consistente, ainda que diversa.

Tradicionalmente, este papel é atribuído a um partido. Ou seja, o partido constrói o programa e se transforma ele mesmo na referência política deste programa para a sociedade. No entanto, temos ciência das limitações deste modelo para o caso brasileiro, de forma que uma proposta de fórum, frente, central ou assembleia é capaz de dialogar bem melhor com a diversidade do campo popular no Brasil de hoje (inclusive respeitando as opções partidárias, que não deixam de ser importantes). Além disso, para que esta organização seja legítima representante de um Projeto Popular, não pode ser uma articulação de cúpula, mas estar organizada desde a base.

Quais as nossas contribuições para o Projeto Popular?

Tanto teórica quanto na prática, a Rede de Educação Cidadã tem muito a contribuir com o PPB. Em especial, sabemos de um importante documento interno que produzimos lá pelos idos de 2007, chamado de Projeto Político-Pedagógico. Nele, defendemos uma compreensão de Projeto Popular que significa uma grande contribuição para a sua formulação. Segundo ela, são características do PPB:

- **Soberania**, no sentido da não dominação entre as nações no que se refere aos seus territórios, culturas, biodiversidade, recursos naturais e sobre seu destino histórico, garantindo a autodeterminação dos povos.
- **Compromisso com as diferenças e diversidades culturais, religiosas, pluriétnicas, sexuais, de gênero**, enquanto construção e fortalecimento de novas relações humanas.

Não se trata apenas de tolerar e respeitar as diversidades, mas, de compreendê-las como necessárias em um processo de libertação e, portanto, vivenciá-las e garantir que existam.

- **Democracia direta e participativa**, compreendida enquanto igualdade de oportunidades sócio-econômicas e respeito ao ser humano em sua totalidade, pois isso pressupõe, primordialmente, mecanismos de participação direta, novos modos de representação, exercício de poder de cada um/a e de um povo, sobre o destino da Nação, assim como a superação da relação de exploração entre os seres humanos.
- **Exercício do poder popular**, no sentido de termos a classe trabalhadora enquanto sujeito de um processo de libertação, para tanto, é necessário o reconhecimento dos sujeitos enquanto classe, para o exercício da solidariedade de classe e a construção cotidiana de relações humanizantes de poder e, portanto, de novas relações culturais, econômicas, políticas, sociais e de comunicação.
- **Processo emancipador e transformador**, pressupondo a superação das relações de opressão por meio da construção de relações libertárias e da organização do trabalho de forma mais coletiva e distributiva.
- Organização solidária da economia e da sociedade, que não permita a concentração de riqueza, desconcentre renda e os meios de produção e de comunicação, garantindo igualdade de acesso a bens materiais e imateriais, serviços e a riqueza produzida pelo povo, na perspectiva da construção do socialismo.
- **Um projeto pautado em valores anti-capitalistas**, compreendendo estes como base de um projeto contra-hegemônico. Relações pautadas na ética, no compromisso com a condição humana, de partilha, solidariedade e cuidado com a natureza, combatem, por exemplo, o individualismo, a competição, a indiferença e a depreciação.
- **Internacionalismo**, compreendido como integração entre os povos que lutam por sua autodeterminação em todo o mundo.
- **Democratização e controle social e comunitário dos meios de comunicação social** e o protagonismo/liberdade das comunidades na produção de sua linguagem, simbologia e comunicação.

Aliás, qual a diferença entre o Projeto Popular para o Brasil (PPB) e o nosso Projeto político-pedagógico (PPP)?

Definitivamente, não são a mesma coisa. O primeiro compromisso formulado no PPP é o “compromisso com o Projeto Popular de nação”. Isso significa duas coisas: primeiro, é que estamos nos posicionando no espectro da luta política no Brasil. Estamos dizendo que não somos adeptos do sócio-desenvolvimentismo e, muito menos, neoliberais. Ou seja, queremos estar dentro do campo popular, juntamente com os movimentos sociais outras entidades da sociedade civil realmente populares. Segundo, estamos fixando o horizonte para nossa atuação prática.

Termos o PPB como horizonte, é de suma importância e tem também várias implicações. Uma delas é que serve como referencial para interpretarmos a realidade. Ou seja, avaliamos as políticas de governo ou as propostas de outros grupos de acordo com a concordância ou não com as nossas próprias propostas contidas no Projeto. Também, nos dá a capacidade de não nos limitarmos à crítica do velho, mas de anunciarmos o novo; ou seja, apontarmos para o inédito viável.

Apesar disso, não bastaria apenas termos um horizonte se não soubéssemos como fazer para chegar lá. É neste sentido que foi produzido o Projeto político-pedagógico, ele representa a via pela qual esperamos contribuir na construção do PPB. Ambos são guias para a ação prática, mas enquanto um nos diz onde queremos chegar, outro traz lições de como vamos fazer para chegar lá.

Assim, temos clareza de que cada oficina, encontro ou processo de base, estará contribuindo para o fortalecimento do Projeto Popular desde que alinhada com o projeto político-pedagógico. E quanta contribuição podemos dar! São mais de 3000 oficinas por ano sendo executadas. Pois bem, agora o desafio é entendermos estas poucas ideias sobre o Projeto, a fim de potencializarmos cada uma destas oficinas.